

A ESTRUTURA CORRELATIVA COMO OPERADOR DISCURSIVO NA ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS

Maria Aparecida Lino Pauliukonis*

RESUMO

Este trabalho discute a estrutura correlativa em sua disponibilidade como operador do discurso argumentativo, sob a concepção de uma Semântica do discurso. Concebe a correlação como um dos recursos persuasivos que pode ser analisado numa visão intersubjetiva da linguagem.

Palavras-chave: Cláusulas correlatas; Semântica argumentativa; Discurso e interação.

Os tradicionais conceitos de dependência e independência entre as cláusulas, utilizados para a classificação de orações coordenadas e subordinadas, têm se baseado ora em critérios exclusivamente sintáticos, ora em critérios semânticos e pragmáticos. Obras reconhecidas no meio didático destacam a importância do critério sintático, quando se quer detectar uma relação em níveis frasais: “(...) é preciso insistir nesse critério sintático de oração independente, dependente e principal” (Bechara, 1975, p. 15).

No âmbito tradicional, há também aqueles que estendem a noção de coordenação para além dos limites da frase complexa, como Gladstone Chaves de Melo:

Coordenação é o paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. Assim coordenam-se dois ou mais sujeitos, dois ou mais complementos do mesmo verbo, dois ou mais adjuntos adnominais do mesmo substantivo, dois ou mais predicativos adjuntos do mesmo sujeito, dois ou mais agentes da passiva, dois ou mais complementos nominais duas ou mais orações independentes, duas ou mais orações subordinadas da mesma natureza e função, dois ou mais períodos, etc. (Melo, 1980, p. 249)

* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rocha Lima reitera a independência sintática, na análise da seqüenciação coordenativa: “É a comunicação de um pensamento pela sucessão de orações gramaticalmente independentes” (Rocha Lima, 1970, p. 230). Contudo o Autor nos adverte da importância da ordem das orações, cujo encadeamento das partes promove o significado. Assim em: “*Deus fez a luz, criou a natureza e formou o homem*”, é impossível uma inversão da ordem, sem comprometer o sentido como um todo.

A noção de subordinação, por sua vez, como Mattoso Câmara Jr. analisa, “é o processo lingüístico que estabelece o sintagma” (Câmara Jr., 1978, p. 226), no que é acompanhado por Borba que diz: “As subordinadas desempenham no período o mesmo papel que os complementos do nome ou do verbo...” (Borba, 1967, p. 252).

Já Othon Moacyr Garcia enfatiza que, mesmo na coordenação sintática, pode haver subordinação psicológica: “Dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo no que diz respeito às conjunções *e, nem, ou*” (Garcia, 1968, p. 16). Para o Autor o nome “coordenação” não se aplica à relação semântica de dependência que existe entre essas orações, pois dependência implica função *e*, também, significação.

Essa relação de dependência semântica nas construções coordenadas levou Borba (1967) a cogitar do termo “subordinação”, admitindo que entre as orações coordenadas pode haver uma diferença de graus de adesão: as copulativas seriam coordenadas por excelência, enquanto outras como as que contrapõem juízos ou exclusão de idéias ou as que exprimem conclusão ficariam melhor classificadas entre as subordinadas.

Como se pôde observar, pela amostragem do que propuseram alguns estudiosos tradicionais, há muitas divergências quanto aos critérios adotados para se estabelecer a diferença entre coordenação e subordinação. As relações sintático-semânticas continuaram obscuras, por bastante tempo, o que se pode deduzir do desabafo de Said Ali: “(...) vê-se que nem sempre se manifesta claramente ao analista a diferença entre parataxe ou coordenação e hipotaxe ou subordinação” (Said Ali, 1964, p. 273).

Uma análise semântica que ultrapassa os limites do sintaxe foi proposta por Ducrot (1977), acatando proposta de Bally (1944), para as frases complexas. Segundo ele, tem-se coordenação semântica toda vez que *A* for uma proposição independente ou uma enunciação completa quer esteja seguida ou não de *B*. Assim, em: “*Está chovendo; não sairemos*”, *A* é objeto de um ato de fala – uma afirmação – e *B*, originário de outro ato de fala, é acrescido como coordenado. Já em “*Quanto se é rico, tem-se muitos amigos*”, aparecem duas orações ligadas a um só ato de fala, subordinativo, portanto. Ducrot observa que em uma relação é possível distinguir quanto ao conteúdo semântico, processos diversos de estruturação: O enunciado – “*Pedro veio porque Tiago partiu*” – submetido aos testes de interrogação e de negação, permite detectar diferentes graus de relação entre as duas partes. Em: *Pedro veio? Porque*

Tiago partiu – temos dois atos de fala; em – *Pedro veio porque Tiago partiu?* – captamos um predicado complexo, correspondente a um só ato enunciativo.

Pertencentes a um ou dois atos de fala, em termos semânticos, quer sejam coordenados ou subordinados, segundo a tradição da sintaxe, observa-se, no período composto, uma relação intrínseca entre duas ou mais afirmações, cuja análise ultrapassa o nível sintático e se situa em um nível semântico-pragmático, capaz de traduzir o ato interativo que se estabelece entre emissores e receptores.

A análise estruturalista, no desejo de seccionar o todo para depreender suas partes, acabou mutilando-o, em nome de uma análise de superfície que nem sempre traduz o sentido do todo. Sabe-se que este é maior do que a soma das partes, e, ao se desvincular uma delas, desfaz-se a verdadeira unidade do discurso que só a visão do todo permite restabelecer.

Analisando as divergências entre os gramáticos tradicionais, sobre a classificação das orações, chamou-nos a atenção a insistência com que José Oiticica, no **Manual de análise** (1942) e na **Teoria da correlação** (1952), sobretudo, defendeu sua proposta de orações correlatas, independentemente do processo de coordenação e de subordinação sintáticas. Entusiasmada com o convite instigante do Mestre: “Outros no futuro em mais lazer, alargarão as pesquisas” (Oiticica, 1952, p. 27), buscamos detectar melhor quais seriam os motivos por que ele enfatizou tanto o processo correlativo ao lado dos outros dois processos.

Os analistas de sua obra não viram novidade na proposta; tanto Bechara, quanto Mattoso Câmara não acataram a classificação de orações correlativas, por acharem que coordenação e subordinação não estão no mesmo plano da correlação. Mattoso Câmara Jr. enquadra tais construções no processo da coordenação enfática e no da subordinação adverbial, enquanto Bechara, pensando em preservar o critério sintático na classificação das orações, refere-se à coordenação e à subordinação como valores sintáticos de dependência e de independência, enquanto a justaposição e a correlação compreendem o modo como se interrelacionam as orações: “(...) correlação e justaposição referem-se ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações” (Bechara, 1976, p. 130).

Neste trabalho, porém, consideramos que a proposta de Oiticica vai além do que atinaram seus ilustres analistas. É bem verdade que ele se apoiou em critérios sintáticos, para defender sua **Teoria da correlação**, – era o referencial teórico de que dispunha, à época –, sua análise, porém, está embasada em dois pontos importantes: primeiramente, ele enfatizou o modo como as orações se interligavam: “...entre elas aparecem sempre dois termos conectivos”, para, logo em seguida, chamar a atenção também para a interdependência semântica entre as orações, na qual reside toda a força da Correlação: “(...) os pensamentos estão conexos, neste caso, por dois termos que, sempre, além disso, devem estar explícitos” (Oiticica, 1952, p. 17). Ao analisar

casos de orações correlatas consecutivas, ele se baseia na estreita ligação entre os dois termos conectivos, em que o segundo é sempre evocado pela enunciação do primeiro.

Assim, ao separar as orações correlatas da subordinação adverbial e da coordenação sintática, o Autor pretendia analisar o processo de ligação entre as partes como um dos elementos significativos. Daí se entende melhor sua afirmação, a respeito de exemplos construídos com as correlatas aditivas: “Quando inicio a primeira oração por não somente, (denotativo negativo de restrição), sou forçado a iniciar a segunda pela expressão mas também (...) denotativa de inclusão” (Oiticica, 1952, p. 21).

Tal proposta de Oiticica para as Correlatas coordenativas pode se relacionar com o que hoje se entende como análise polifônica de dois atos de fala instituídos no mesmo enunciado: tem-se, ao mesmo tempo, um ato de restrição e outro de inclusão, correlacionados pelos operadores *não só ... mas também*.

Eis em que consiste a Correlação: é um processo estruturador de orações, diferente dos outros dois tradicionais, por estar em outro nível de articulação, marcado pela forma como as orações se apresentam: “entre as orações aparecem sempre dois termos conectivos” (idem, ibidem, p. 21). O nexos semântico que se estabelece entre as duas afirmações é resultado da própria tensão da propriedade relacional. É o que se deduz da análise que o Autor propõe para a estrutura da comparativa de igualdade com a estruturação dos articuladores *tais... tais*: “(...) o período correlato, com a repetição do elemento identificador *tais*, realça a identificação”. (idem, ibidem, p. 21)

A Teoria da correlação contou com alguns adeptos fervorosos, dentre os quais, cita-se Gladstone Chaves de Melo, que também defendeu o processo correlativo como independente dos outros processos:

Para nós a correlação é um processo sintático irredutível a qualquer dos outros dois, um processo complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo, muitas vezes ocorre como que uma retenção para um salto, a que se segue o salto. (Melo, 1980, p. 152)

Os oponentes da Teoria da Correlação, porém, não vislumbraram o que Oiticica preconizava: ao dizer que estruturas diversas veiculam conteúdos semânticos diferentes, ele defendia que a forma peculiar das cláusulas correlatas, ou o seu modo de enunciação é responsável pelo conteúdo pretendido.

Sob desse enfoque, é possível situar a Correlação atualmente, dentro de uma ampla teoria geral do discurso que prevê a possibilidade de se determinar a intenção do emissor, no ato interativo de linguagem de que faz parte, quando se utiliza de uma estruturação correlata.

Acreditamos que foi esse mesmo sentimento que moveu Oiticica a propor autonomia da Correlação. Embora sua obra tenha surgido em 1952 e sua proposta recebido apoio de vários estudiosos, a Nomenclatura Gramatical Brasileira não a

acatou, razão por que duas gerações de alunos passaram pela escola sem ter entrado em contato com o termo; a nomenclatura oficial reduziu a ligação entre as orações aos processos da coordenação e da subordinação.

Endossa-se, neste trabalho, a tese de que a Correlação como processo articulador de cláusulas situa-se em níveis diversos dos estabelecidos para a coordenação ou a subordinação, como já preconizara Oiticica, por se reconhecer que a força argumentativa do enunciado correlativo provém da tensão provocada pelo enlace correlato dos dois termos coesos e interdependentes. Tal conclusão ancora-se em uma concepção discursiva, que vê a linguagem como atividade peculiar entre os membros participantes de uma enunciação interativa, cuja característica principal é o aspecto dramático de sua constituição.

De acordo com esse enfoque, é preciso frisar aqui o que se considera como fato primordial: as condições ideológicas do emprego de um enunciado não são alheias à própria constituição lingüística, que, ao contrário, é determinada por elas. Nesse sentido, a estrutura resulta da forma peculiar pela qual uma língua combina elementos formais que a constituem.

Assim, se o falante sabe que o Sistema coloca à sua disposição diferentes arranjos sintáticos para expressar relações semânticas e, se lhe permite escolher mecanismos que traduzam, com maior expressividade, um conteúdo lingüístico, uma teoria lingüística que se propõe descrever esta competência dos falantes, não pode ficar indiferente à participação ativa dos emissores no ato ilocucional interativo de que tomam parte.

Em termos benvenistianos (1976), significa reconhecer que o sujeito apodera-se da língua historicamente constituída e aceita-lhe as limitações estruturais como uma força maior a que se submete, ou seja, há sempre a imersão do subjetivo na língua historicamente constituída. Por isso, mesmo que não haja tantas escolhas, elas existem e disso tiram proveito os participantes do ato interativo. A liberdade de escolha fatalmente trará conseqüências para a constituição dos sentidos. Com efeito, no processo correlativo, a enunciação processa-se na seqüência de fatos interdependentes, semântica ou pragmaticamente considerados.

Ao se propor aqui um paralelo entre a estruturação do texto e seu conteúdo semântico, pretende-se reafirmar que a estruturação não é indiferente aos efeitos de sentido. Há processos que são melhor estruturados pela coordenação, outros que admitem ser compreendidos como produto de uma coordenação ou de uma subordinação e outros ainda, melhor avaliadas se resultarem como frutos de uma correlação. São operações melhor avaliadas no nível da enunciação.

A essa altura, considerar que coordenação, subordinação e correlação são três diferentes processos articuladores de fragmentos de textos é relevante, numa concepção que considera a linguagem não mais como o veículo principal da informatividade

de, mas como um meio político de atuação entre emissor e receptor. Tal enfoque permite que se possam analisar as intenções argumentativas dos participantes, em um ato interativo de linguagem.

No caso das cláusulas correlatas, considera-se que, em qualquer circunstância, não se pode deixar de ter em mente sua característica essencial: distinguem-se das outras articulações por se ligarem por meio de dois conectores interdependentes. A coesão estrutural afeta os dois membros inseparáveis, que são, segundo Oiticica: “lógica e sintaticamente complementares” (idem, p. 22).

Quando José de Oiticica defendeu sua posição a respeito das correlatas, os estudos de sintaxe guiavam-se por uma gramática que descrevia o relacionamento formal dos termos no plano da frase, não tendo sido, portanto, considerada relevante pela Nomenclatura oficial. Sua proposta, no entanto, deve ser reavaliada, hoje sob o enfoque de uma teoria argumentativa do texto, ou uma Semântica do discurso, que vai considerar a estrutura correlativa como um eficiente recurso pragmático-argumentativo, num momento de interação lingüística.

Para tanto é preciso que se dê destaque a alguns aspectos essenciais, a respeito do processo da interação: os elementos lingüísticos não transmitem apenas informações sobre a realidade, mas funcionam sobretudo como instrumento de pressão persuasiva sobre o receptor interpretante- e que, portanto, na análise da linguagem como veículo interativo, as intenções argumentativas sobrepõem-se às funções expositivo-informativas.

Reiteramos, portanto, que a Correlação, deve ser analisada como uma operação mental em que o emissor, pelo cotejo de dois elementos interdependentes, procura abstrair argumentos capazes de captar a adesão do ouvinte para uma conclusão esperada.

Essa mudança de enfoque permite retirar a estrutura correlata dos esquemas formais estruturalistas e conceber o enunciado como um conjunto de marcas previstas na Língua e escolhidas pelos interlocutores como uma estratégia de manipulação lingüística. A perspectiva de análise aqui esboçada fundamenta-se nos princípios de uma Semântica do discurso, segundo a qual a língua nomeia certos operadores argumentativos, cuja função é indicar ao interlocutor intenções do emissor, sempre com referência a uma determinada situação comunicativa.

A Correlação como processo estruturador de cláusulas situa-se em um nível diferente do estabelecido para a coordenação e a subordinação, como já defendera Oiticica, já que é um desses operadores que tem como escopo definido dar uma orientação argumentativa ao enunciado e cuja força provém da tensão provocada pelo enlace dos dois termos indissociáveis e co-relacionados.

ABSTRACT

This work examines the correlative structures in their disponibility as a modeler of the argumentative speech. The correlative structures have been analysed as a mark of linguistic “operators” that are used by the speaker with an argumentative objective.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 10. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1976.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Nacional, 1970.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- DUCROT, O. Operateurs argumentatifs et visée argumentative. In: *Cahiers de Linguistique Française*, Genève, Actes de 2^{ème} Colloque, v. 5, p. 8-36, 1983.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- OITICICA, José. *Manual de análise*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1952.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.